

CAPÍTULO 3

IDENTIDADE SURDA E PERTENCIMENTO: LIBRAS, MODOS DE EXISTÊNCIA E EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS

 <https://doi.org/10.68044/dd1h3d19>

Carla Damasceno de Moraes ¹

Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora nas áreas de línguas de sinais, literatura e SignWriting.

Lauana Cristina de Sousa Gadelha ²

Doutoranda em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC).

Cléia Torino de Souza ³

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Mathaus Barbosa Santiago ⁴

Mestrando em Linguística de Língua de Sinais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Tutor de Comunicação de Libras na Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS).

Mauricio Damasceno Souza ⁵

Mestre em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia e professor efetivo do Instituto de Letras da UFBA.

Sailloane Alandia Soares Simão ⁶

Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

RESUMO: Este estudo aborda a constituição da identidade surda e do sentimento de pertencimento a partir da Libras, dos modos de existência e das experiências produzidas nas comunidades surdas. Objetiva analisar de que maneira a língua de sinais participa da elaboração de referências culturais, vínculos coletivos, memórias e formas de autorrepresentação. Desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos sobre linguagem, cultura, identidade, diferença e experiências comunitárias. A análise evidencia que a Libras não se limita à função comunicativa, pois atua como espaço simbólico, político e cultural de reconhecimento entre pares. Os encontros entre pessoas surdas, a circulação de narrativas e a participação comunitária favorecem a construção de pertencimentos plurais, sem reduzir os sujeitos a uma identidade homogênea. Conclui-se que o reconhecimento das formas surdas de existência exige a garantia de direitos linguísticos, a valorização das experiências visuais e o protagonismo das pessoas surdas nos campos educacional e social.

Palavras-chave: Identidade surda; Libras; Pertencimento; Cultura surda; Comunidade surda.

INTRODUÇÃO

Os debates contemporâneos acerca da surdez têm produzido um deslocamento decisivo: da compreensão estritamente clínica, concentrada na perda auditiva e em sua correção, para uma abordagem linguística, cultural, histórica e política. Tal mudança não implica negar a dimensão orgânica da audição, mas recusar que ela seja tomada como explicação suficiente para as formas pelas quais as pessoas surdas significam a si mesmas, estabelecem vínculos e participam da vida social. Em pesquisa realizada com uma comunidade usuária da Língua Brasileira de Sinais (Libras), Nóbrega *et al.* (2012, p. 674-675) verificaram que a surdez era compreendida,

pelos participantes, como modo de ser constituído por experiências visuais, práticas linguísticas e relações culturais. A identidade surda, nessa perspectiva, deixa de corresponder a uma consequência automática de uma condição corporal e passa a ser examinada como produção social situada.

Essa mudança de enfoque exige, ao mesmo tempo, cautela diante de interpretações essencialistas. Não existe uma experiência surda única, nem uma identidade capaz de reunir de maneira uniforme todas as trajetórias marcadas pela surdez. As formas de identificação são atravessadas por geração, gênero, raça, classe, território, escolarização, vínculos familiares, acesso linguístico, religião, profissão e participação política, entre outras dimensões. Santana e Bergamo (2005, p. 568) assinalam que a identidade não constitui uma essência, mas uma elaboração continuamente refeita nas relações sociais e nas práticas discursivas. De modo convergente, Orlandi (2001 *apud* Gesueli, 2006, p. 281) situa a identidade como movimento na história, produzido em processos de significação, memória e filiação ideológica. Falar em identidade surda requer, portanto, reconhecer simultaneamente referências coletivas compartilhadas e modos singulares de vivê-las.

No interior dessa problemática, a Libras ocupa posição central. Para pessoas surdas sinalizantes, ela não se reduz a recurso auxiliar de comunicação, técnica escolar ou mecanismo compensatório. Trata-se

de uma língua por meio da qual se organizam interlocuções, narrativas, conhecimentos, afetos, memórias e formas de interpretar o mundo. Dizeu e Caporali (2005, p. 593-595) demonstram que o acesso à língua de sinais, associado à convivência com pares, favorece processos de identificação, participação cultural, elaboração simbólica e reconhecimento de si. Por essa razão, a garantia de acesso à Libras desde os primeiros anos de vida possui implicações que ultrapassam o desempenho comunicativo: alcança a constituição subjetiva, a autonomia, a aprendizagem, a inserção social e o direito de participar de uma comunidade linguística.

Reconhecer essa centralidade, contudo, não autoriza reduzir toda a existência surda a um único marcador linguístico. Witchs e Lopes (2018, p. 7) observam que, embora a língua de sinais seja uma das principais materialidades da identidade de um povo, ela não basta, isoladamente, para explicar as sutilezas das práticas compartilhadas por uma comunidade. A experiência do olhar, os usos do espaço, as temporalidades da interação, a produção artística, as memórias de luta, as redes de solidariedade, as pedagogias próprias e as formas de resistência também participam da produção cultural. Por isso, Lopes e Veiga-Neto (2006, p. 82) compreendem o ser surdo como uma “experiência de ser, de estar no mundo, que é vivida no coletivo, mas sentida de maneiras particulares”. A expressão modos de existência

permite apreender justamente essa articulação entre referências comuns e experiências irredutíveis a um padrão único.

A visualidade assume relevância nesse quadro não como atributo abstrato ou naturalmente idêntico em todas as pessoas surdas, mas como experiência socialmente elaborada. Nas práticas mediadas pela Libras, o corpo, o movimento, a direção do olhar, as expressões não manuais e a organização espacial integram a produção de sentidos. Entre os participantes investigados por Nóbrega *et al.* (2012, p. 674), a comunicação visual e o encontro com outros surdos favoreceram identificação e pertencimento, enquanto o grau de perda auditiva apresentava menor importância para o reconhecimento no grupo. O dado evidencia que a diferença surda pode ser significada a partir do que se produz nas relações e não somente daquilo que o diagnóstico descreve como ausência. Evita-se, desse modo, confundir condição audiológica com identidade cultural ou presumir que todas as pessoas com perda auditiva mantenham a relação com a Libras e com as comunidades surdas.

O pertencimento emerge quando a experiência individual encontra reconhecimento, inteligibilidade e possibilidade de participação em relações coletivas. A aproximação entre pares pode favorecer outra leitura de trajetórias anteriormente atravessadas pelo isolamento linguístico ou pela representação da surdez como incapacidade. Perlin (1998 *apud* Santos; Molon, 2014, p. 305) atribui

ao encontro surdo-surdo papel importante no desenvolvimento da identidade, pois nele se tornam possíveis identificação e elaboração de sentidos compartilhados. Santos e Molon (2014, p. 306) acrescentam que a comunidade surda oferece um espaço relacional no qual se trocam vivências, experiências e informações, tendo a Libras como elo linguístico relevante. Pertencer, assim, não significa apenas estar fisicamente próximo de outras pessoas surdas; envolve comunicar-se, ser reconhecido, reconhecer-se, compartilhar repertórios e participar da produção de valores e decisões coletivas.

As comunidades surdas tampouco devem ser concebidas como agrupamentos fechados, homogêneos ou apartados da sociedade. Elas reúnem sujeitos com percursos distintos, diferentes competências linguísticas e variadas formas de relação com a surdez. Podem incluir familiares, intérpretes, professores e outros participantes comprometidos com a Libras e com as reivindicações do coletivo. Santos e Molon (2014, p. 309-310) salientam tanto a diversidade existente no interior da comunidade quanto seu caráter relacional, no qual apoio, negociação, conforto e confronto podem coexistir. Essa compreensão impede que pertencimento seja confundido com uniformidade. A força comunitária não decorre do apagamento das diferenças internas, mas da possibilidade de produzir vínculos e ações comuns sem anular singularidades.

Historicamente, associações, escolas, igrejas, movimentos sociais, espaços culturais e encontros informais funcionaram como territórios de aproximação e circulação da língua de sinais. Lopes e Veiga-Neto (2006, p. 82) destacam a escola como um dos espaços que possibilitaram convivência e formação comunitária, embora esse mesmo ambiente também possa reproduzir práticas normalizadoras e relações de poder. Na contemporaneidade, tais experiências ultrapassam a presença física e alcançam plataformas digitais, redes sociais e produções audiovisuais. Alves (2024, p. 95) identifica o ciberespaço como lugar crescente de expressão da língua e da cultura surdas, ampliação da visibilidade e consolidação de práticas de cibercultura. O território comunitário, portanto, não é apenas geográfico: constitui-se onde a interação em Libras, a memória coletiva, a produção cultural e a ação política encontram condições de circulação.

A discussão possui consequências diretas para a educação, a saúde, a cultura e as políticas linguísticas. Quando a pessoa surda é interpretada exclusivamente a partir da deficiência, tende-se a privilegiar intervenções orientadas pela adaptação ao padrão ouvinte e a secundarizar seu direito à língua, à representação e à participação. Em oposição a essa lógica, uma abordagem fundada na diferença linguística e cultural desloca o foco para as barreiras sociais, para as condições de acesso e para o protagonismo dos próprios sujeitos.

Dall’Asen e Pieczkowski (2022, p. 1129) defendem a superação de práticas socioeducacionais colonizadoras e a valorização da autorrepresentação surda. Tal perspectiva requer que decisões institucionais deixem de ser tomadas somente sobre as pessoas surdas e passem a ser construídas com sua participação efetiva.

Diante dessas questões, formula-se o seguinte problema de pesquisa: de que maneira a Libras participa da constituição das identidades e dos pertencimentos de pessoas surdas, produzindo modos de existência e experiências comunitárias sem apagar a pluralidade das trajetórias? Parte-se do entendimento de que a língua de sinais é uma condição decisiva de interlocução, elaboração cultural e ação coletiva para os sujeitos sinalizantes, mas adota-se a premissa de que identidade e pertencimento resultam da articulação entre linguagem, visualidade, memória, relações de poder, espaços de convivência e experiências biográficas. Desse modo, a Libras é compreendida como lugar de enunciação e existência, não como critério rígido destinado a hierarquizar pessoas ou determinar uma identidade legítima.

O objetivo geral consiste em analisar as relações entre identidade surda, pertencimento, Libras e experiências comunitárias, considerando os processos pelos quais sujeitos e coletividades constroem sentidos sobre si e sobre sua diferença. Especificamente, pretende-se discutir o caráter histórico, relacional e plural das

identidades surdas; examinar a função constitutiva da Libras nos processos de significação e reconhecimento; compreender a comunidade como espaço de vínculo, participação e produção cultural; e problematizar os modos de existência que se formam na convergência entre experiência visual, práticas linguísticas, memória coletiva e resistência política.

Adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e teórico-reflexiva, fundamentada em vinte artigos científicos brasileiros selecionados por sua pertinência aos eixos identidade, língua de sinais, cultura, diferença, pertencimento e comunidade. A leitura interpretativa coloca em diálogo contribuições dos Estudos Surdos, dos Estudos Culturais, da Educação e das Ciências Humanas, preservando tensões conceituais e evitando transformar categorias analíticas em definições universais. Além desta seção inicial, o artigo apresenta um referencial teórico dedicado à identidade surda, à Libras, aos modos de existência e às experiências comunitárias; ao final, as considerações retomam os principais argumentos e suas implicações para o reconhecimento da pluralidade surda e para a garantia de direitos linguísticos e culturais.

REFERENCIAL TEÓRICO

A identidade surda não constitui uma propriedade natural derivada automaticamente da condição audiológica. Sua formação

ocorre em processos históricos de significação, nas relações com diferentes grupos e nas posições que cada sujeito ocupa diante dos discursos acerca da surdez. A passagem de uma representação centrada na deficiência para outra organizada em torno da diferença linguística e cultural modifica as possibilidades de autorreconhecimento, mas não elimina tensões, ambiguidades ou negociações. Cromack (2004, p. 70) compreende a identidade como fenômeno dinâmico e social, constituído nos planos subjetivo e intersubjetivo por meio de experiências, formas de comunicação e pertencimentos. A pessoa surda, portanto, não recebe uma identidade pronta; interpreta e reelabora referências produzidas pela família, pela escola, pelos pares, pelas instituições e pelos movimentos sociais.

Essa perspectiva relacional impede que a categoria identidade surda seja convertida em modelo normativo ao qual todas as pessoas com surdez deveriam corresponder. Santana e Bergamo (2005, p. 568) questionam a concepção de uma identidade exclusiva, estabelecida somente pelo uso de determinada língua, e ressaltam a multiplicidade de papéis sociais que participam da constituição dos sujeitos:

Mas o fato é que não existe uma identidade exclusiva e única, como a identidade surda. Ela é construída por papéis sociais diferentes (pode-se ser surdo, rico, heterossexual, branco, professor, pai etc.) e também pela língua que constrói nossa subjetividade. [...] Elas são determinadas pelas práticas sociais, impregnadas por relações simbólicas de poder. E, é óbvio, essas

práticas sociais e essas relações simbólicas de poder não são estáticas e imutáveis ao longo da vida dos sujeitos (Santana; Bergamo, 2005, p. 568).

O excerto evidencia que a afirmação política da identidade surda não precisa pressupor homogeneidade. Uma pessoa pode reconhecer-se como surda e usuária da Libras enquanto participa de diferentes pertencimentos territoriais, étnico-raciais, religiosos, profissionais, geracionais, afetivos e de gênero. Tais dimensões não são acessórios adicionados a uma identidade principal; articulam-se de maneira variável, formando posições subjetivas singulares. Machado e Feltes (2010, p. 45-46), ao analisarem práticas comunitárias em redes sociais, identificam processos de hibridização cultural nos quais referências surdas, regionais e linguísticas coexistem. A noção de hibridismo, nesse caso, não representa perda de autenticidade, mas demonstra que as culturas se transformam por contato, circulação e apropriação.

A mobilidade das identificações também aparece na abordagem narrativa. Bisol e Sperb (2010, p. 11) definem a identidade narrativa como uma “representação sempre transitória”, reelaborada quando o sujeito interpreta novamente os acontecimentos vividos. Essa formulação é especialmente relevante para trajetórias marcadas por acesso tardio à Libras, mudança de escola, aproximação ou afastamento de coletivos surdos, experiências de oralização e ingresso em espaços universitários ou profissionais. O encontro com outros

referenciais pode reorganizar a compreensão do passado, sem apagar as experiências anteriores. Não se trata de substituir integralmente uma identidade ouvinte por uma identidade surda fixa, mas de produzir novas narrativas sobre o corpo, a língua, a diferença e os vínculos sociais.

Orlandi (2001 *apud* Gesueli, 2006, p. 281) concebe a identidade como movimento na história, constituído em processos de significação atravessados pela memória e pela ideologia. Essa compreensão permite examinar por que determinadas nomeações — como incapaz, deficiente, surdo-mudo, oralizado ou sinalizante — produzem efeitos distintos conforme o contexto em que circulam e o valor social que recebem. Nomear não consiste apenas em descrever uma realidade preexistente; também estabelece lugares, fronteiras e expectativas. A afirmação de uma identidade surda pode, por isso, funcionar como ação de resistência contra representações depreciativas, desde que não se transforme em instrumento para hierarquizar quem seria mais ou menos surdo.

A Libras participa da constituição subjetiva porque possibilita mais do que a transmissão de informações. Por seu intermédio, organizam-se experiências, elaboram-se conceitos, narram-se acontecimentos e estabelecem-se relações com interlocutores. Gesueli (2006, p. 280-282) sustenta que sujeito e língua se constituem nos processos interativos, uma vez que a significação do mundo é mediada

pela linguagem. Para a criança surda, especialmente quando nasce em uma família que não utiliza língua de sinais, o acesso a interlocutores sinalizantes torna-se decisivo para que a comunicação deixe de depender de recursos fragmentários e possa desenvolver-se em uma língua compartilhada. A questão não se limita à aquisição de vocabulário: envolve a entrada em práticas discursivas nas quais o sujeito pode perguntar, discordar, imaginar, recordar e posicionar-se.

Dizeu e Caporali (2005) relacionam o desenvolvimento linguístico à participação social, à elaboração do pensamento e à formação identitária. As autoras enfatizam que o direito à língua deve ser acompanhado de oportunidades efetivas de interação e integração cultural:

Pensando no indivíduo surdo, acreditamos que seja importante para este como sujeito: crescer, desenvolver-se, amadurecer, construir e constituir-se inserido numa língua própria e natural. A criança, ao ter acesso a uma língua, passa a desenvolver linguagem, interagindo com o outro, repensando suas ações, elaborando seu pensamento, vivenciando novas experiências e se desenvolvendo (Dizeu; Caporali, 2005, p. 595).

O acesso linguístico precisa ocorrer em ambientes nos quais a Libras esteja viva, seja socialmente valorizada e desempenhe funções variadas. A oferta eventual de sinais, desarticulada de interlocuções contínuas, não produz as mesmas condições que a convivência cotidiana com adultos e crianças fluentes. A língua se desenvolve

quando circula em brincadeiras, narrativas, explicações, conflitos, atividades escolares, produções artísticas e conversas informais. Nesses contextos, a criança não apenas aprende formas linguísticas; compreende que sua maneira de comunicar possui legitimidade e que há outras pessoas com experiências visuais e linguísticas próximas das suas.

As análises de Lodi, Rosa e Almeida (2012, p. 10-14) demonstram essa dimensão constitutiva ao acompanharem crianças surdas em oficinas de Libras conduzidas por um professor surdo. As interações transformaram gestos familiares e recursos comunicativos dispersos em enunciados progressivamente organizados na língua de sinais. Ao ser reconhecida pelo professor como interlocutora possível, uma das crianças passou a ocupar outro lugar na relação escolar, apropriando-se da Libras e assumindo maior autoria sobre suas narrativas. Para as autoras, a apropriação linguística permitiu que a estudante se tornasse autora de sua história e incorporasse referências socioculturais aos enunciados, evidenciando que fluência, subjetividade e participação não são processos separáveis.

Resultados semelhantes aparecem em Giammelaro, Gesueli e Silva (2013, p. 516-517; 525). O instrutor surdo atua como interlocutor e referência cultural, mas sua importância não decorre de uma identidade tomada como essência. Ela se relaciona à possibilidade de legitimar institucionalmente a Libras, construir estratégias de

identificação e promover interações espontâneas. As autoras verificaram que momentos menos rígidos, nos quais a língua funcionava em situações cotidianas, eram especialmente favoráveis à aquisição. O contato entre as próprias crianças também contribuiu para que se reconhecessem como surdas e usuárias de uma língua comum. Assim, a presença de profissionais surdos não deve ser reduzida à representação simbólica; requer participação pedagógica, autoridade linguística e poder para intervir nas decisões educacionais.

Considerar a Libras como constitutiva implica reconhecer sua autonomia gramatical e sua capacidade de produzir conhecimentos em diferentes áreas. Também exige evitar que o português sinalizado ou a tradução palavra por palavra substituam práticas discursivas próprias de uma língua visuoespacial. A educação bilíngue torna-se efetiva quando a Libras organiza a experiência escolar e o português escrito é trabalhado como outra língua, com metodologias compatíveis com as especificidades dos estudantes. Isso não estabelece isolamento entre comunidades linguísticas; cria condições mais equitativas para a circulação entre elas. A relação entre Libras e português pode ampliar repertórios, desde que não se imponha a subordinação da primeira à estrutura da segunda.

A noção de modos de existência permite analisar o ser surdo para além de classificações identitárias rígidas. Ela dirige a atenção às práticas pelas quais a vida cotidiana adquire forma: maneiras de

comunicar, organizar o espaço, chamar a atenção, produzir arte, recordar acontecimentos, estabelecer solidariedades e enfrentar barreiras. Lopes e Veiga-Neto (2006) denominam marcadores culturais os elementos recorrentes que conectam sujeitos e tornam reconhecíveis determinadas experiências coletivas. Esses marcadores não resultam de uma natureza surda imutável; são produzidos historicamente nas relações entre pessoas, instituições, discursos e formas de poder:

Além da língua de sinais, da arte, do teatro e da poesia surda, a noção de luta, a necessidade de viver em grupo e a experiência do olhar são marcadores que nos permitem falar de identidades surdas fundadas em uma alteridade e uma forma de ser surdo. Longe de defender uma pretensa essência surda, nosso objetivo é mostrar que a expressão ser surdo abrange uma experiência de ser, de estar no mundo, que é vivida no coletivo, mas sentida de maneiras particulares (Lopes; Veiga-Neto, 2006, p. 82).

A visualidade ocupa posição relevante nesse conjunto, porém não deve ser compreendida como habilidade biológica uniforme. Ela se constitui culturalmente quando o olhar, o corpo, o movimento e o espaço integram práticas de significação. Em Libras, o direcionamento visual, as expressões faciais e corporais, a localização dos referentes e as mudanças de posição no espaço enunciativo participam da organização linguística. Fora da interação verbal, sinais luminosos, vibrações, disposições arquitetônicas, formas visuais de alerta e

estratégias para iniciar ou manter a atenção também modelam a experiência. O olhar torna-se marcador cultural porque recebe significados compartilhados, regula relações e sustenta formas específicas de presença.

Na comunidade estudada por Nóbrega *et al.* (2012, p. 674-675), a experiência visual, a Libras e o encontro entre pares possuíam maior relevância identitária do que o grau de perda auditiva. Um participante relatou que, ao entrar em uma escola onde todos se comunicavam em língua de sinais, “eu me senti outra pessoa” (Nóbrega *et al.*, 2012, p. 675). A frase não deve ser interpretada como desaparecimento da trajetória anterior, mas como emergência de condições para outra relação consigo e com os demais. A comunicação acessível reorganizou a possibilidade de participar, compreender e ser compreendido, produzindo uma ruptura biográfica marcada por reconhecimento e valorização.

Witchs e Lopes (2018) ampliam essa discussão ao recorrerem ao conceito de forma de vida. A língua permanece fundamental, mas é situada em uma rede de práticas discursivas e não discursivas:

Entendemos que a relação linguística estabelecida na concepção de uma identidade surda tem um valor significativo. [...] Embora a língua de um povo seja uma das principais materialidades da existência de sua identidade, ela não é condição suficiente para compreendermos as sutilezas em que uma dada comunidade está imersa. Sendo assim, o conceito de

forma de vida desenvolvido por Wittgenstein (1996) se torna uma ferramenta potente para abordarmos outros marcadores sociais constitutivos de práticas compartilhadas pela comunidade surda (Witchs; Lopes, 2018, p. 7).

Na formulação de Wittgenstein (1996 *apud* Witchs; Lopes, 2018, p. 7-8), o significado da linguagem depende dos jogos e das práticas que a circunscrevem em uma comunidade. Aplicada ao campo da surdez, essa compreensão mostra que um sinal, um gesto de atenção ou um encontro comunitário não possuem valor isoladamente; adquirem sentido em relações sedimentadas por usos, expectativas e memórias. A forma de vida surda pode incluir a reunião em espaços físicos ou virtuais, o cuidado entre pares, a experiência visual-gestual, o tempo necessário para comunicação acessível, a ação política e a produção de narrativas próprias. Nenhum desses componentes, tomado separadamente, define todas as pessoas surdas, mas sua articulação permite compreender experiências historicamente compartilhadas.

O tempo constitui um aspecto frequentemente ignorado. Ambientes organizados segundo a simultaneidade entre fala, projeção de imagens e movimentação de participantes podem impedir o acompanhamento visual de quem precisa alternar o olhar entre professor, intérprete, tela e colegas. Witchs e Lopes (2018, p. 14-15) defendem que o tempo da comunicação sinalizada e da compreensão

de um mundo nem sempre traduzido deve ser reconhecido como marcador da forma de vida surda. Essa observação produz implicações pedagógicas e institucionais: acessibilidade não se resume à presença do intérprete, pois também envolve ritmo, iluminação, visibilidade, turnos de fala, posição dos interlocutores e disponibilidade prévia de materiais.

Pertencimento não corresponde à simples inclusão nominal em um grupo. Ele se produz quando o sujeito encontra condições para comunicar-se, ser reconhecido, compartilhar experiências e participar da construção das normas coletivas. A comunidade, por essa razão, não é apenas um conjunto de indivíduos que apresentam a mesma condição auditiva. Constitui um espaço relacional no qual histórias, valores, conhecimentos, afetos e projetos políticos circulam. A Libras favorece essa circulação, mas a vida comunitária também depende de continuidade dos encontros, confiança, memória e capacidade de acolher diferenças internas.

Santos e Molon (2014), a partir da narrativa de uma professora surda, descrevem a comunidade como lugar de apoio, liberdade e reelaboração da própria trajetória. O afastamento dos pares e da Libras foi vivido pela participante como isolamento; o reencontro permitiu recuperar vínculos e fortalecer sua identidade. As autoras sintetizam essa compreensão da seguinte maneira:

Portanto, a comunidade surda é a dimensão espaço/temporal que produz o calor do lugar, é o sentimento de pertencimento, é o “meu lugar” onde se concretiza e se expressa o particular e o coletivo, a objetividade e a subjetividade, onde se objetivam e se subjetivam as relações sociais e as singularidades. Além disso, é o encontro do Eu e do Outro, é o lugar onde participam e compartilham, disputam posições e tomam decisões, materializam necessidades, carências, desejos, vontades e sentimentos e, ainda, realizam os pensamentos, tudo isto mediado por uma língua comum, a Libras (Santos; Molon, 2014, p. 309).

O pertencimento apresentado no excerto contém acolhimento, mas não elimina conflito ou disputa. Comunidades são espaços de cooperação e de negociação de autoridade, reconhecimento e representação. Santos e Molon (2014, p. 309-310) assinalam que há diversidade entre seus membros e que pessoas ouvintes — familiares, intérpretes, professores e aliados — podem participar das experiências coletivas. A abertura, contudo, não deve deslocar o protagonismo surdo nem permitir que agentes ouvintes monopolizem decisões sobre língua, educação e cultura. A participação ética pressupõe reconhecer assimetrias históricas e apoiar condições para que os próprios sujeitos surdos enunciem prioridades.

O encontro surdo-surdo possui relevância particular porque permite compartilhar experiências frequentemente incompreendidas em ambientes majoritariamente ouvintes. Perlin (1998 *apud* Santos; Molon, 2014, p. 305) considera esse encontro decisivo para o desenvolvimento identitário. O contato com pares oferece outras

narrativas sobre a diferença, afastadas da incapacidade e da correção corporal. Dizeu e Caporali (2005, p. 593-594) acrescentam que escolas, associações, igrejas, clubes e outros locais de reunião favorecem trocas culturais e identificações. Não é a arquitetura desses lugares que produz comunidade, mas as práticas de convivência, comunicação e reconhecimento realizadas neles.

Determinados rituais linguísticos tornam visível a relação entre pertencimento e vida comunitária. Souza e Gediel (2017, p. 164; 174-176) analisam a atribuição de sinais próprios como prática cultural por meio da qual uma pessoa passa a ser identificada no grupo. A nomeação envolve observação, convivência e negociação; não deveria resultar de escolha apressada ou meramente tradutória. Um participante explicou: “eu não vou dar um sinal não, vou olhar, olhar e depois dar o sinal” (Souza; Gediel, 2017, p. 174). A repetição do olhar indica que nomear demanda conhecer o outro e reconhecer alguma característica significativa. O sinal próprio funciona, assim, como marca linguística individual e, simultaneamente, como inscrição em relações coletivas.

É necessário evitar que rituais, fluência linguística ou participação associativa sejam utilizados para controlar fronteiras de autenticidade. O pertencimento pode assumir intensidades distintas e transformar-se ao longo da vida. Há quem mantenha vínculos cotidianos com organizações surdas, quem participe principalmente

por redes digitais e quem se aproxime da comunidade apenas na idade adulta. Também existem pessoas que não desejam essa identificação. Uma abordagem comprometida com direitos deve oferecer possibilidades de acesso e participação sem impor identidades. O fortalecimento comunitário torna-se mais consistente quando acolhe diferentes trajetórias e recusa classificações hierárquicas.

Os territórios da comunidade surda são produzidos onde encontros, práticas linguísticas e ações coletivas adquirem continuidade. Historicamente, a escola ocupou lugar relevante porque reuniu crianças e adultos surdos que, muitas vezes, não encontravam usuários de língua de sinais no ambiente familiar. Lopes e Veiga-Neto (2006, p. 82-86) observam, entretanto, que a escola não é território neutro: ao mesmo tempo que possibilita aproximação, imprime disciplinas, tempos e formas de organização sobre o coletivo. Ela pode favorecer a circulação da Libras e a presença de referências surdas ou reproduzir práticas normalizadoras que subordinam a língua visual ao padrão oral.

Essa ambivalência exige distinguir convivência física de participação linguística. Matricular estudantes surdos em uma instituição não garante comunidade, pertencimento ou educação bilíngue. A experiência analisada por Lodi, Rosa e Almeida (2012, p. 9-13) mostra que mudanças significativas ocorreram quando se criou um espaço efetivo de interlocução em Libras, conduzido por professor

surdo e articulado às práticas pedagógicas. A oficina tornou-se lugar de narrativa, brincadeira, aprendizagem e elaboração da diferença. O caso evidencia que acessibilidade depende da qualidade das relações estabelecidas e do estatuto atribuído à língua, não apenas da presença dos estudantes no mesmo edifício.

As tecnologias digitais alteraram a configuração desses territórios. Machado e Feltes (2010, p. 39-46) já identificavam, em comunidades virtuais, a circulação de identidades surdas e regionais, além de processos de hibridização cultural. Com a expansão do vídeo em redes sociais, a Libras passou a circular em escala mais ampla, favorecendo encontros que não dependem de proximidade geográfica. Alves (2024, p. 104-105) mostra que canais, perfis e plataformas digitais divulgam língua, eventos, produções culturais, debates políticos e informações sobre direitos. O ciberespaço amplia a visibilidade de pesquisadores, artistas, professores, influenciadores e lideranças surdas, criando formas de produção e transmissão cultural.

A presença digital, contudo, não dissolve desigualdades. Conexão precária, ausência de legendas, interfaces pouco acessíveis, baixa qualidade visual, algoritmos que reduzem o alcance de conteúdos minoritários e falta de tradução continuam limitando a participação. Também há disputas sobre representação, circulação de desinformação e apropriação comercial da Libras. As redes podem fortalecer a comunidade quando ampliam a autoria surda e o acesso

linguístico; podem igualmente reproduzir relações de poder existentes fora delas. A cibercultura precisa, portanto, ser examinada como território político, no qual visibilidade, reconhecimento e controle dos discursos permanecem em negociação.

Os modos de existência e as experiências comunitárias estão atravessados por relações de poder. Durante longos períodos, políticas educacionais e práticas clínicas tomaram a oralização como caminho obrigatório, restringiram a língua de sinais e interpretaram a diferença surda como desvio a ser corrigido. Esse processo não incidiu somente sobre a comunicação; afetou memórias, vínculos, possibilidades de aprendizagem e formas de narrar a si próprio. Perlin e Strobel (2014, p. 20; 23) defendem uma história cultural capaz de registrar resistências, lutas linguísticas e protagonismos, deslocando pessoas surdas da condição de objetos de intervenção para a posição de agentes históricos.

A resistência manifesta-se tanto em mobilizações públicas quanto em práticas cotidianas. O uso da língua de sinais às escondidas em contextos que a proibiam, a criação de associações, a formação de professores surdos, a produção de literatura visual e a ocupação das universidades preservaram e ampliaram repertórios culturais. Perlin e Strobel (2014, p. 27-29) mostram que a língua sobreviveu à repressão por meio do encontro entre pares e da recusa em abandonar formas próprias de comunicação. Essas práticas demonstram que

pertencimento não é apenas sentimento subjetivo; constitui condição para sustentar ações coletivas e transmitir conhecimentos entre gerações.

No campo educacional, a autorrepresentação exige que pessoas surdas participem da elaboração de currículos, materiais, políticas e critérios de avaliação. Dall’Asen e Pieczkowski (2022, p. 1143) argumentam que decisões sobre escolarização precisam superar práticas colonizadoras orientadas pelo ouvintismo e permitir que os próprios sujeitos se representem. Isso implica reconhecer profissionais surdos como docentes, pesquisadores, gestores e produtores de conhecimento, e não apenas como informantes ou exemplos de diversidade. A presença institucional adquire potência quando acompanhada de autoridade para decidir e transformar estruturas.

Na saúde, a diferença entre oferecer recursos e impor normalização também é decisiva. Nóbrega et al. (2012, p. 676-678) mostram que intervenções centradas exclusivamente em tecnologias auditivas podem desconsiderar significados culturais, experiências visuais e escolhas dos usuários. Não se trata de negar aparelhos, implantes ou acompanhamento clínico, mas de recusar que sejam apresentados como única possibilidade legítima de vida. Uma prática ética disponibiliza informações acessíveis, respeita a autonomia e reconhece que recursos tecnológicos podem coexistir com Libras, identidade surda e participação comunitária.

Azevedo e Aquino (2024, p. 7-8) situam a diferença surda no campo linguístico-cultural e destacam que as experiências comunitárias são fundamentais para a produção de um universo simbólico compartilhado. Essa formulação ajuda a compreender por que a Libras constitui lugar de existência: nela se produzem discursos pelos quais sujeitos nomeiam a própria experiência, interpretam relações de poder e reivindicam direitos. A língua não permanece exterior à vida; participa da construção dos vínculos, da memória, da ação política e das formas de conhecimento.

O reconhecimento social da identidade surda depende, finalmente, da garantia de condições para que diferentes modos de existência possam desenvolver-se sem tutela ou inferiorização. Isso envolve acesso precoce à Libras, educação bilíngue, formação de profissionais, interpretação de qualidade, produção cultural, acessibilidade digital, participação política e respeito às escolhas individuais. Ao mesmo tempo, requer enfrentar desigualdades internas relacionadas a raça, gênero, classe, território e presença de outras deficiências. A comunidade não deve ser idealizada como espaço isento de conflitos, mas valorizada como campo no qual experiências podem tornar-se inteligíveis, coletivas e politicamente transformadoras. Libras, pertencimento e vida comunitária compõem, assim, relações abertas e históricas pelas quais pessoas surdas

produzem sentidos, afirmam diferenças e constroem possibilidades de existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidenciou que a identidade surda não constitui uma realidade fixa ou homogênea, mas uma produção histórica, linguística e cultural atravessada por diferentes experiências sociais. A Libras ocupa lugar fundamental nesse processo por possibilitar a construção de sentidos, a expressão das subjetividades e o reconhecimento entre pares. Sua importância, entretanto, deve ser compreendida em articulação com outros marcadores, como a visualidade, a memória coletiva, as formas de resistência e as práticas comunitárias.

O pertencimento às comunidades surdas mostrou-se relevante para a valorização da diferença, o fortalecimento identitário e a construção de redes de apoio. Escolas, associações, universidades, movimentos sociais e ambientes digitais constituem territórios nos quais experiências são compartilhadas e novos modos de existência podem ser produzidos. Essas comunidades não são homogêneas, pois reúnem sujeitos com trajetórias linguísticas, culturais e sociais distintas.

Conclui-se que reconhecer a pluralidade das experiências surdas exige superar concepções orientadas exclusivamente pela

deficiência e assegurar direitos linguísticos, participação social e autorrepresentação. Valorizar a Libras e o protagonismo surdo significa garantir condições para que pessoas surdas construam suas próprias narrativas, ocupem espaços de decisão e desenvolvam modos de existência fundamentados na autonomia, na diferença e no pertencimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Isis Tatiane Lima. A comunidade surda e a cibercultura: entre cultura, identidade e redes. **Revista Primeira Escrita**, Aquidauana, MS, v. 11, n. 2, p. 95-107, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55028/rpe.v11i2.21926>. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revpres/article/view/21926>. Acesso em: 3 ago. 2026.

AZEVEDO, Estenio Ericson Botelho de; AQUINO, João Emiliano Fortaleza de. Língua de sinais: o lugar da diferença surda. **Kaláगतos**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. eK24063, 2024. DOI: <https://doi.org/10.52521/kg.v21i3.13904>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/13904>. Acesso em: 3 ago. 2026.

BISOL, Cláudia; SPERB, Tania Mara. Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 26, n. 1, p. 7-13, jan./mar. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000100002>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/17454>. Acesso em: 3 ago. 2026.

CROMACK, Eliane Maria Polidoro da Costa. Identidade, cultura surda e produção de subjetividades e educação: atravessamentos e implicações sociais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 24, n. 4, p. 68-77, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000400009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gwqgpPLXRVQWSfVVrLd8WsS/>. Acesso em: 3 ago. 2026.

DALL'ASEN, Taise; PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Surdez, identidade e diferença. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, SP, v. 17, n. 2, p. 1129-1147, abr./jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i2.14593>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14593>. Acesso em: 3 ago. 2026.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 26, n. 91, p. 583-597, maio/ago. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LScdWL65Vmp8xsdkJ9rNyNk/>. Acesso em: 3 ago. 2026.

GESUELI, Zilda Maria. Língua(gem) e identidade: a surdez em questão. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 27, n. 94, p. 277-292, jan./abr. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3XVGL5KrfKmdVvvnRh5MXwL/>. Acesso em: 3 ago. 2026.

GIAMMELARO, Cínthia Najla Fahl; GESUELI, Zilda Maria; SILVA, Ivani Rodrigues. A relação sujeito/linguagem na construção da identidade surda. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 34,

n. 123, p. 509-527, abr./jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000200011>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 ago. 2026.

LODI, Ana Claudia Balieiro; ROSA, André Luís Matioli; ALMEIDA, Elomena Barboza de. Apropriação da Libras e o constituir-se surdo: a relação professor surdo-alunos surdos em um contexto educacional bilíngue. **ReVEL**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 1-20, ago. 2012. Disponível em: <https://www.revel.inf.br/pt/edicoes/?id=25>. Acesso em: 3 ago. 2026.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. **Perspectiva**, Florianópolis, SC, v. 24, n. esp., p. 81-100, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10541>. Acesso em: 3 ago. 2026.

MACHADO, Flávia Medeiros Álvaro; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. Comunidade surda e redes sociais: práticas de regionalidade e identidades híbridas. **Conexão – Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, RS, v. 9, n. 17, p. 33-49, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/469/391>. Acesso em: 3 ago. 2026.

NÓBREGA, Juliana Donato; ANDRADE, Andréa Batista de; PONTES, Ricardo José Soares; BOSI, Maria Lúcia Magalhães; MACHADO, Márcia Maria Tavares. Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuária de língua de sinais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 17, n. 3, p. 671-679, mar. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300013>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/thHpRdvFzZNwwHDBrbyMnjb/>.
Acesso em: 3 ago. 2026.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, Curitiba, PR, v. 30, n. esp. 2, p. 17-31, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.37011>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/37011>. Acesso em: 3 ago. 2026.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 26, n. 91, p. 565-582, maio/ago. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200013>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 ago. 2026.

SANTOS, Saionara Figueiredo; MOLON, Susana Inês. Comunidade surda e Língua Brasileira de Sinais nos relatos de uma professora surda. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, SP, v. 8, n. 2, p. 304-320, 2014. DOI: <https://doi.org/10.14244/19827199800>. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/800>. Acesso em: 3 ago. 2026.

SOUZA, Isabelle Lima; GEDIEL, Ana Luisa. Os sinais dos surdos: uma análise a partir de uma perspectiva cultural. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 56, n. 1, p. 163-185, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/010318135158183181>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/ddTd8SYVkdSXDymBspNDv9S/>. Acesso em: 3 ago. 2026.

WITCHS, Pedro Henrique; LOPES, Maura Corcini. Forma de vida surda e seus marcadores culturais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, MG, v. 34, e184713, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698184713>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/21320>. Acesso em: 3 ago. 2026.